

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.004 - PR (2019/0200361-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DE
PALMAS - PR
SUSCITADO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE PATO BRANCO - SJ/ PR
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado, com fundamento no art. 105, I, "d", da Constituição Federal, entre o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DE PALMAS - PR**, o suscitante, e o **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PATO BRANCO - SJ/ PR**, o suscitado.

Consta nos autos que foi instaurado procedimento investigatório para apurar eventual prática dos delitos previstos no art. 337-A e no art. 297, § 4.º, ambos do Código Penal, imputada a LUIZ ANTONIO NEGRETI.

Determinado o arquivamento do feito em relação à conduta de sonegação de contribuição previdenciária ante a incidência do Princípio da Insignificância e remanescendo a investigação relativamente à suposta prática de falsidade documental relacionada à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a Justiça Federal declinou da competência para analisar o feito e determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual (e-STJ, fls. 7-11).

Por sua vez, o Juízo Estadual suscitou o presente conflito, citando precedente de Relatoria do Ministro Rogerio Schietti, no CC n.º 127.706/RS, que modificou o entendimento desta Corte acerca do tema, "passando a entender que, no delito tipificado no artigo 297, § 4.º, do Código Penal, o sujeito passivo é o Estado e, eventualmente, de forma secundária, o particular, terceiro prejudicado com a omissão das informações" (e-STJ, fls. 64-66).

Nessa instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitado (e-STJ, fls. 85-87).

É o relatório.

Decido.

Cumpre registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

A controvérsia quanto à competência para processar e julgar os feitos que apuram a prática do delito de falsificação ou omissão de dados na Carteira de Trabalho, remonta de longa data nesta Corte Superior de Justiça.

A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que:

"O sujeito passivo primário do crime omissivo do art. 297, § 4º, do Diploma Penal é o Estado, e, eventualmente, de forma secundária, o particular, terceiro prejudicado, com a omissão das informações,

Superior Tribunal de Justiça

referentes ao vínculo empregatício e a seus consectários da CTPS. Cuida-se, portanto de delito que ofende de forma direta os interesses da União, atraindo a competência da Justiça Federal, conforme o disposto no art. 109, IV, da Constituição Federal."

(CC 127.706/RS; Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ; DJ 09/04/2014.)

Assim, acompanho o entendimento que reconhece a competência da Justiça Federal.

A esse respeito, destaco:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. DELITO DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. OMISSÃO DE DADOS NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO EMPREGADO. LESÃO DIRETA A INTERESSE DA UNIÃO. ART. 109, INCISO IV, DA CARTA MAGNA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

A partir do julgamento no conflito de competência n. 127.706/RS, de relatoria do Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, esta egrégia Terceira Seção pacificou o entendimento no sentido de que "o sujeito passivo primário do crime omissivo do art. 297, § 4.º, do Diploma Penal, é o Estado, e, eventualmente, de forma secundária, o particular, terceiro prejudicado, com a omissão das informações, referentes ao vínculo empregatício e a seus consectários da CTPS. Cuida-se, portanto de delito que ofende de forma direta os interesses da União, atraindo a competência da Justiça Federal, conforme o disposto no art. 109, IV, da Constituição Federal" (DJe 9/4/2014).

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 1ª Vara de Cascavel - SJ/PR, o suscitado" (CC 145.567/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 04/05/2016).

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do Juízo Federal da 1.ª Vara de Pato Branco - SJ/PR, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator